



## **Assembleia Legislativa do Estado do Acre**

### **LEI N. 2.972, DE 22 DE JULHO DE 2015**

“Autoriza o Poder Executivo a alienar bens móveis do patrimônio Estadual.”

#### **O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a alienar bens móveis pertencentes ao patrimônio estadual, relacionados nos Anexos I, II e III desta lei.

**Art. 2º** A venda será realizada por meio de licitação na modalidade leilão.

**Parágrafo único.** Será adotado como valor inicial para o lance em primeiro leilão avaliação prévia dos bens indicados em Anexo desta lei.

**Art. 3º** Poderão ser feitas reavaliações nos bens móveis de que trata esta lei.

**§ 1º** a reavaliação é admitida quando:

- a)** a administração verificar que houve alteração no valor do bem;
- b)** houver fundada dúvida sobre o valor que lhe for atribuído;
- c)** arguida, fundamentadamente, ocorrência de erro da avaliação; e
- d)** houver necessidade de ajusta do valor ao preço do mercado.

**§ 2º** A reavaliação será atribuída a servidor(es) competente(s) ou a comissão com designação específica, podendo ser buscado o necessário apoio técnico especializado.

**Art. 4º** O Poder Executivo fica autorizado a realizar leilões sucessivos dos bens remanescentes, adotando no segundo certame valor maior ou igual a cinquenta por cento da avaliação inicial e nos demais conforme reavaliação.

**Parágrafo único.** A aceitação de preços inferior ao estabelecido no *caput* configurará preço vil, ensejando o cancelamento de arrematação.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Rio Branco, 22 de julho de 2015, 127º da República, 113º do Tratado de Petrópolis e 54º do Estado do Acre.

**TIÃO VIANA**

Governador do Estado do Acre